

Research, Society and Development, v. 9, n.1, e06911570, 2020
(CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i1.1570>

**A Participação dos Institutos Federais na Interiorização da Educação Superior
Presencial no Brasil**

**The Participation of Federal Institutes in the Internalization of On-campus Higher
Education in Brazil**

**La participación de los institutos federales en la internalización de la educación superior
en el campus en Brasil**

Recebido: 28/08/2019 | Revisado: 29/08/2019 | Aceito: 30/08/2019 | Publicado: 20/09/2019

João Germano Rosinke

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8970-057X>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT – Brasil

E-mail: joao.rosinke@ifmt.edu.br

Edione Teixeira de Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1208-3961>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT – Brasil

E-mail: edione.carvalho@svc.ifmt.edu.br

Gisele Cristina Lopes Rosinke

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3895-2168>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT – Brasil

E-mail: gisele.lopes@gta.ifmt.edu.br

Guilherme José Santini da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3225-6644>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT – Brasil

E-mail: guilherme.silva@gta.ifmt.edu.br

Resumo

Este estudo tem por objetivo primeiro analisar como os Institutos Federais se integraram na oferta da Educação Superior no Brasil. Articuladamente, averiguar-se-á como ocorreu o processo de interiorização das vagas. Ao criar os Institutos Federais no ano de 2008, o governo federal os definiu como instituições de educação superior, básica e profissional, promovendo a ampliação do número de vagas no país. Foi empregada uma pesquisa quanti-qualitativa. A coleta de dados foi realizada a partir das informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, por meio do sistema do Censo da

Educação Superior, entre os anos de 2008 a 2017. Os resultados preliminares demonstram como ocorreu a ampliação e interiorização das vagas, com uma contribuição decisiva dos Institutos Federais no acesso à educação superior em regiões que até então não eram atendidas.

Palavras-chave: Educação superior; Instituto Federal; Expansão de vagas.

Abstract

This study, first, aims to analyze how the Federal Institutes were integrated in the offer of Higher Education in Brazil. Articulatedly, it will presents how the process of internalization of vacancies occurred. Creating the Federal Institutes in 2008, the federal government established them as institutions of higher, basic and professional education, promoting the expansion of the number of vacancies in the country. It is a quantitative and qualitative research. Data collection was performed based on information from the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira - INEP, through the Higher Education Census system, from 2008 to 2017. Preliminary results show that the expansion and internalization of vacancies. This contributes to the access to higher education in regions that were not previously attended.

Keywords: Higher Education; Federal Institute; Vacancies expansion.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo primario analizar cómo se integraron los Institutos Federales en la oferta de Educación Superior en Brasil. Al mismo tiempo, será presentado como ha sido realizado el proceso de internalización de las vacantes. Al crear los Institutos Federales en 2008, el gobierno los estableció como instituciones de educación superior, básica y profesional, promoviendo la expansión del número de vacantes en el país. Es una investigación cuantitativa y cualitativa. La recopilación de datos se realizó con base en información del Instituto Nacional de Estudios e Investigación Educativa Anísio Teixeira - INEP, a través del sistema del Censo de Educación Superior, de 2008 a 2017. Los resultados preliminares muestran que sucedió la expansión y internalización de vacantes. Esto contribuye al acceso a la educación superior en regiones que no fueron atendidas previamente.

Palabras clave: Educación superior; Instituto Federal; Expansión de vacantes.

1. Introdução

Os Institutos Federais de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia (IFs) foram criados a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Deles fazem parte às antigas Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais, Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFETs) de Minas Gerais e Rio Janeiro, Escolas Técnicas das Universidades, Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UFTPR) e Colégio Pedro II. Ao todo, houve a criação de 38 IFs que compõem a Rede Federal, fortalecendo a construção de uma nova institucionalidade para a ampliação e democratização do acesso à educação pública.

Ao criar os Institutos Federais o governo os definiu como instituições de educação superior, básica e profissional, voltada preferencialmente ao ensino profissionalizante, tendo como objetivo intermediário a ampliação de vaga na educação superior. Houve, assim, uma nova configuração da educação superior no Brasil.

Este trabalho tem como objetivo investigar como a criação dos Institutos Federais promoveu a ampliação de vagas na educação superior; articuladamente, como houve o movimento de interiorização das vagas no país.

A pesquisa utiliza uma abordagem quanti-qualitativa, para a coleta de dados foram utilizadas as informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP por meio sistema do Censo da Educação Superior. As discussões foram divididas da seguinte forma: primeiramente, apresentamos uma breve trajetória dos Institutos Federais, posteriormente os dados de expansão da oferta de cursos superiores nos Institutos Federais e nas Universidades segundo a localização entre capital e interior nos períodos de 2008 a 2017, e por final as considerações pertinentes a esta investigação.

2. Breve trajetória dos Institutos Federais, Ciência e Tecnologia.

Nas primeiras décadas do Brasil republicano, a formação para o trabalho aconteceu em um cenário social no qual a mobilização popular e classista buscava por melhorias nas condições de vida e de trabalho. Nesse período surgiu a Rede Federal de Educação Profissional Brasileira que veio ao encontro dos interesses do mercado, sendo um instrumento de governo no exercício de caráter assistencialista. No quadro 1, apresentamos os principais momentos da política da Rede Federal de Educação Profissional Brasileira até os dias de hoje.

Quadro 1 – Linha do Tempo Educação Profissional

1909	1937	1942	1959	1978	2008
-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Escolas de Aprendizizes e Artífices	Liceu Profissionais	Escolas Industriais e Técnicas	Escolas Técnicas	Centros Federais de Educação Tecnológicas - CEFETs	Instituto Federal Educação Ciência e Tecnologia
-------------------------------------	---------------------	--------------------------------	------------------	--	---

Fonte: Rede Federal/Portal do MEC – arquivos centenários históricos (2019)

Nessa linha do tempo que demonstra as alterações jurídicas da Rede Federal, percebe-se que restou preservada a identidade de formação profissional ao longo de um século. Ajustando-se as condições econômicas de cada momento da história do país, até a fase atual iniciada em 2008 com a assinatura da Lei nº 11.892, que criou a Rede Federal de Educação Profissional Brasileira.

Mais especificamente, em 1909, o então Presidente da República, Nilo Peçanha¹, criou por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, 19 unidades da Escola de Aprendizizes Artífices (EAA) em todo o território nacional, para ministrar educação profissional de ofícios, concomitantemente ao ensino primário, gratuito. Essas escolas eram subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio (BRASIL, 1909).

Nesse período, a educação profissional, se ajustava, de um lado, na formação de trabalhadores para indústria nascente, e do outro, como mecanismo de reorientação das crianças pobres e desvalidas, filhas de imigrantes europeus, por vezes, ideologicamente vinculados ao anarquismo e ao socialismo e filhos de ex-escravos (Machado, Pires & Barbosa, 2014).

O contexto para a abertura dessas escolas públicas voltadas para a formação de jovens para o trabalho naquele período foi diverso e, ao mesmo tempo, controverso. De acordo com Kunze (2005), manifestações de autoridades da época apontavam o desejo, a necessidade e a viabilidade de lançar-se um projeto educacional, que, ao lado de ideias de governabilidade, democracia, descentralização política, industrialização, inseriram a educação profissional como uma das alternativas para o progresso industrial e modernização do país.

Durante o Estado Novo, precisamente a partir de 1942, os Liceus Industriais foram transformados em Escolas Industriais e Técnicas. Com isso, passaram a formação profissional

¹ Nilo Procópio Peçanha foi o quinto presidente da República do Brasil, governando em duas fases. Na primeira vez que ocupou a Presidência, governou entre 15 de novembro de 1906 e 15 de novembro de 1910. A segunda passagem de Nilo Peçanha pela cadeira presidencial ocorreu entre 14 de junho de 1909 e 15 de novembro de 1910. Chegou à Presidência aos 42 anos. No seu governo houve incentivo ao ensino técnico-profissional e a criação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), que depois foi transformado em autarquia e denominado Funai (Fundação Nacional do Índio).

em nível equivalente ao secundário. No ano de 1952, as Escolas Industriais e Técnicas, passaram a ser transformadas em autarquias, assim passando a serem denominadas Escolas Técnicas Federais (Afonso & Gonzales, 2016; Araujo, 2014).

Finalmente, após a redemocratização e em meio à Nova República, no ano de 1994 a Lei Federal nº 8.984 institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, essa medida anunciou a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Uma crítica ao modelo adotado para o ensino público profissionalizante conduzido até então pelos governos federais é da lavra de Macedo (2011). Segundo o autor, o Banco Mundial é o grande financiador externo da educação nos países capitalistas e tem definido como as estratégias da educação pública devem ser adotadas pelos países contemplados por seus empréstimos, influenciando as ações dos legisladores, pelo convencimento ideológico da garantia de desenvolvimento. Com efeito, de Nilo Peçanha a Fernando Collor, foram reformuladas as estruturas educacionais, com o objetivo de formar um novo quadro de mão-de-obra para atender o desenvolvimento da tecnologia e o desenvolvimento econômico; porém, sempre atendendo a interesses mercadológicos.

Outra crítica, já dentro do escopo da Nova República, observa que, no contexto imediatamente posterior à redemocratização do Brasil, na década de 1990, com as políticas de Reforma do Estado, sob forte influência da lógica neoliberal (Peroni, 2003). A orientação da política de ensino público profissionalizante foi pautada segundo interesses do capital. Corroborar essa visão o fato da expansão da educação ter ocorrido, a partir de então, prioritariamente na rede privada (Sguissardi, 2008), enquanto a rede pública passa por um processo de estagnação, até o ano de 2008. De fato, no período que vai de 1995 a 2002, e que consiste no governo de Fernando Henrique Cardoso, a agenda neoliberal pautou a política de ensino no Brasil. Nas políticas para educação, aprofundaram-se os traços de uma educação profissional voltada para o mercado de trabalho, flexível em seus conteúdos e possibilidades de ofertas a distância. Em que pese a tutela mercadológica do ensino profissionalizante, houve também, na mesma época, a tutela da educação superior pelo setor privado (Júnior, 2015), tendo se tornado, graças à flexibilização promovida pelo governo FHC, o principal ator na ampliação de vagas nesse segmento.

Nascimento (2017), em sua dissertação de mestrado intitulada “Criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: implicações no campo da educação superior” comenta que:

Os Institutos Federais criados sob influência de reformas neoliberais ainda presente nas décadas de 2000 e 2010, determinando sua composição e objetivos iniciais, caminham em uma direção que aparentemente não aponta para o mercado, ao menos pela análise da oferta de cursos, que mostra uma tendência a aumentar as vagas em bacharelados e licenciaturas – típicos das universidades de pesquisa – e diminuir nos cursos tecnológicos, considerados a aspiração do mercado – de curta duração e especializados. (Nascimento, 2017, p. 87)

O governo de Luis Inácio Lula da Silva, ao longo do período que vai 2003 a 2010, se distinguiu na área do ensino por ações pontuais, embora tenha realizado, em termos gerais, poucas alterações na agenda neoliberal. Mas avançou na expansão do ensino público, seja no segmento profissional, seja no superior, ainda que tenha promovido também o número de vagas na educação privada com programas oficiais de bolsas (Prouni e Fies). Pode-se afirmar que o governo Lula consolidou, por esses expedientes, uma trajetória que permitiu o acesso a um maior número de estudantes, modificando o modelo de educação que havia sendo desenvolvido no país até o momento, sobretudo na educação superior.

Contudo, durante o governo Lula ocorreu o maior investimento da história nacional em prol da expansão dos Institutos Federais. Isso se deu a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades formaram os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008).

Essas instituições, que antes ofertavam ensino técnico de nível médio, educação de jovens e adultos e alguns cursos tecnológicos, se tornaram então instituições de educação superior equiparada às universidades federais. Conforme o parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 11.892/2008; § 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais (Lei 11.892/2008).

A Lei 11.892/08, também, garante aos Institutos Federais a autonomia em outras áreas, como trata o artigo 2º da lei:

§ 3º Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos à distância, a legislação específica. (Lei 11.892/2008)

Segundo Otranto (2010), desde sua lei de criação, que renovou e ampliou a rede federal de ensino profissional, os Institutos Federais apresentaram uma estrutura diferenciada, tendo em vista a agregação e transformação de antigas instituições profissionais em instituições de ensino aptas a oferecer também o ensino superior, principalmente na modalidade presencial. O escopo de atuação dos novos Institutos Federais teve uma

ampliação notável, em relação ao sistema anterior, que dava prioridade ao ensino profissionalizante. Neste contexto, Nascimento (2017) salienta que;

Percebe-se na lei de criação dos institutos que os mesmos foram constituídos a partir das instituições que já existiam anteriormente, preservando suas identidades de escolas técnicas de nível médio ofertantes de cursos técnicos e de formação inicial e continuada. Ao mesmo tempo, lhes é conferido o status de universidade, atribuindo-lhes cursos superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas, formação de professores e pós-graduação *latu e strictu sensu*. (Nascimento, 2017, p. 66)

Nessa perspectiva, surge o questionamento e preocupação da identidade dos Institutos Federais na oferta da educação superior no país. Na Lei nº 11.892, em seu art. 6º, os Institutos Federais têm por finalidades e características:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. (Lei 11.892/2008)

Entende-se que os objetivos atribuídos aos Institutos Federais vão fomentar o desenvolvimento local e regional a partir de inovações tecnológicas, contribuindo assim com a redução das desigualdades sociais e regionais. Para Turmena e Azevedo:

O Estado entende os IFs na perspectiva de contribuição para o processo de modernização e desenvolvimento do país, qualificando (neste caso, com a educação profissional e tecnológica) os cidadãos e, conseqüentemente, incluindo-os no mercado de trabalho, levando em conta os arranjos produtivos e os aspectos sociais, culturais locais. O Estado atende, por um lado, demandas sociais da população, por formação e elevação dos níveis de escolaridade para adquirirem as devidas condições de empregabilidade e, por outro, as demandas do capital que exigem qualificação da mão de obra, objetivando o aumento da produtividade e a elevação das taxas de lucro. (Turmena & Azevedo, 2017, p. 1073)

Nesta definição, “a educação deverá estar atrelada a um projeto pedagógico que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social” (PACHECO, 2011, p. 8).

Para Otranto (2010, p. 18), “o Instituto Federal é, hoje, mais que um novo modelo institucional, é a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira”.

3. Procedimentos metodológicos

Essa investigação assumiu como seu objeto o processo de interiorização da oferta e vagas da educação superior presencial brasileira sobre o olhar atento a participação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Foi desenvolvida uma pesquisa quali–quantitativa com a finalidade de compreender fenômenos da educação superior presencial no Brasil.

A pesquisa quantitativa, segundo as considerações de Sousa, Driessnack e Mendes (2007, p. 503) “adota estratégia sistemática, objetiva e rigorosa para gerar e refinar o conhecimento”, por isso é um processo onde o pesquisador inicia com uma teoria estabelecida e a coleta de dados irá testar se a teoria é confirmada ou não.

Já a pesquisa qualitativa lida com interpretações das realidades sociais, e é considerada *soft*, segundo Bauer e Gaskell (2002) por revelar fenômenos, a partir das leituras do próprio pesquisador, amparada por diferentes instrumentos. Nessa pesquisa, complementam Ludke e André (1986) o foco do pesquisador é averiguar como o problema revela-se no cotidiano de maneira a aguçar a percepção no ponto de interesse.

Para alcançar os objetivos os quais essa investigação se comprometeu, foi realizada coleta de dados a partir das informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, por meio do sistema do Censo da Educação Superior, entre os anos de 2008 a 2017.

4. Resultados e Discussões

Retomando o problema da pesquisa a respeito da participação dos Institutos Federais na oferta da Educação Superior, reservamos esse tópico para apresentar dados sobre a oferta de vagas dos cursos de graduação dos Institutos Federais comparando com das Universidades Federais nos períodos de 2008 a 2017.

Desse modo, cumpre entender que ao tratarmos de Educação Superior pública federal no Brasil estamos dispostos a considerar dois grupos de instituições nacionais às quais compete à oferta de vagas para a educação superior presencial, sendo elas: as Universidades Federais e a Rede Federal, que por sua vez é composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Como já explanado, a expansão dos Institutos Federais teve início com a promulgação da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Logo, a história das Universidades brasileiras remete ao um período mais longínquo de criação, que recebeu a forte expansão no período de 2007 a 2010

quando as universidades aderiram ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação das Universidades Federais – REUNI, a expansão de suas vagas e recebimento de investimentos do Governo Federal.

As instituições de educação superior federais vivenciaram processos de expansão e de reestruturação em níveis diferentes de intensidade. Mas certamente alcançaram todas as universidades e Institutos Federais independentemente de sua localização geográfica. Os dados da Sinopse da Educação Superior que confrontamos, segundo a localização entre capital e interior; e os números de cursos de graduação presencial servem para identificar o crescimento da Educação Superior pública no período de 2008 a 2017, no país. A tabela 1 mostra o número de cursos presenciais de graduação e a localização entre capital e interior:

Tabela 1 - Número de cursos de graduação presencial, por localização entre capital e interior, na esfera pública federal, no período de 2008 a 2017.

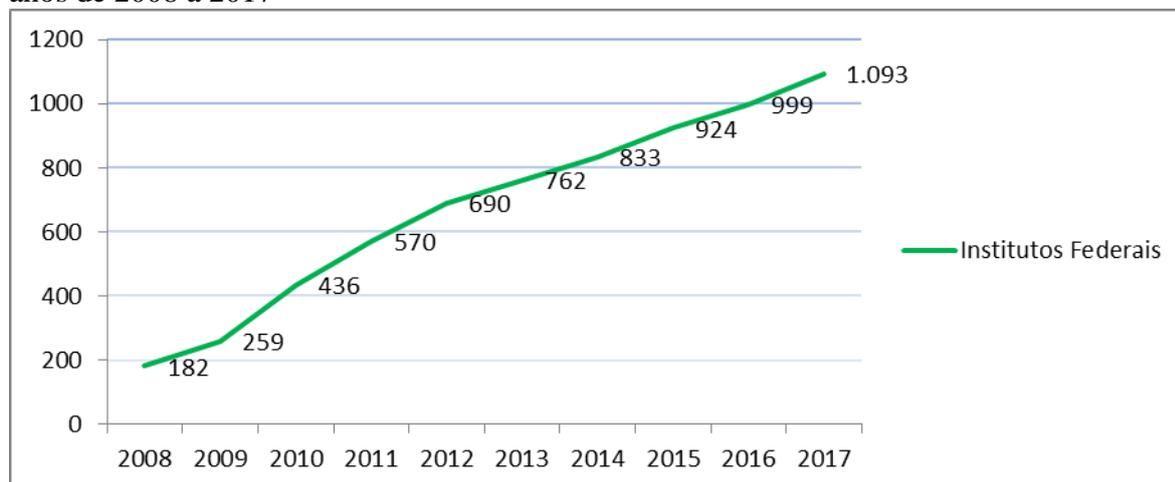
Ano	Universidades Federais			Institutos Federais		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
2008	2.822	1.241	1.581	405	223	182
2009	3.868	1.849	2.019	485	226	259
2010	4.327	2.073	2.254	680	244	436
2011	4.506	2.111	2.395	833	263	570
2012	4.672	2.178	2.494	963	273	690
2013	4.590	2.087	2.503	1.047	285	762
2014	4.734	2.069	2.665	1.127	294	833
2015	4.772	2.070	2.702	1.228	304	924
2016	4.610	1.988	2.622	1.310	311	999
2017	4.611	1.976	2.635	1.416	323	1.093
$\Delta\%$ 2008 - 2017	63,4%	59,2%	66,6%	249,6%	44,8%	500,5%

Fonte: MEC/INEP (2019).

Destaca-se que a oferta de cursos de educação superior pública presencial no país, entre os anos de 2008 e 2017, teve crescimento de 86,7%, correspondendo em números absolutos a 6.027 cursos ofertados em todas as unidades da Federação. O maior crescimento percentual foi dos Institutos Federais, alcançando o patamar de 249% de crescimento ao longo

do período. As universidades federais ampliaram a oferta de cursos para cidades do interior do país em 66,6% entre 2008 e 2017. Ainda assim, o maior crescimento percentual foi dos Institutos Federais. O gráfico 1 apresenta o números de cursos de educação presencial no interior do Brasil no período de 2008 a 2017:

Gráfico 1 – Número de cursos de educação superior presencial no interior do país, entre os anos de 2008 a 2017



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Observa-se um movimento muito mais acentuado quando analisado a oferta de cursos superiores presenciais pelos Institutos Federais. Conforme o gráfico 1, em 2017 os Institutos ofereceram 1.093 cursos de graduação presencial em cidades do interior do país, isso corresponde ao crescimento de 500,5%, revelando um investimento expressivo no período da criação e expansão dos Institutos Federais.

A política de expansão dos IFs no governo Lula tinha por objetivo reduzir as distâncias geográficas e as desigualdades da educação superior em termos regionais. O projeto de governo incorporou quando as medidas abriram novos *campi* no interior dos estados, reduzindo as desigualdades regionais. A preocupação da contribuição da educação para com o desenvolvimento regional deriva de um intenso processo de globalização e também de um novo olhar sobre a competitividade das regiões e sobre os sistemas regionais de inovação.

A criação dos Institutos Federais tem como um dos objetivos contribuir com o desenvolvimento local e regional por meio da oferta de cursos técnicos, tecnológicos, profissionalizantes e educação superior. Na proposta da lei, os cursos devem ser ofertados com o objetivo de consolidar e fortalecer os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação dessa Instituição (BRASIL, 2008).

Conforme afirma Machado (2014, p. 355) os Institutos Federais “[...] foram convocados a realizar a interiorização da oferta educacional a partir de cidades-polo; a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com arranjos produtivos, sociais e culturais locais”.

Nota-se que as próprias condições dessa recente expansão e interiorização da Educação Superior constituem uma percepção relevante perante o processo de desenvolvimento de determinado local ou região, ao modo que se evidenciam as categorias de políticas públicas, inserção regional e formação profissional como essenciais à realidade da sociedade e ao seu desenvolvimento.

Esse processo de expansão dos Institutos Federais procurou garantir o cumprimento de sua função social através da interiorização e oferecer um ambiente educacional de qualidade, que contemple à plena formação dos estudantes, proporcionando que tal modalidade chegasse a lugares até então isolados. Ampliou-se como nunca o acesso à educação superior.

Apresentaremos a seguir alguns indicadores da atuação dos Institutos Federais a partir da criação até o ano de 2017. Percebe-se o crescimento acentuado em todos os indicadores relacionados. A tabela 2 mostra os indicadores nos cursos presenciais de graduação dos Institutos Federais:

Tabela 2 - Número de vagas oferecidas, candidatos inscritos, ingressos, matrícula, número de unidades, número de cursos e concluintes, nos cursos de graduação presenciais nos Institutos Federais - IFET, no período de 2008 a 2017

Ano	Número de unidades	Vagas	Cursos	Inscritos	Matrícula	Ingresso	Concluintes
2008	34	17.810	405	112.890	40.935	17.979	4.042
2009	35	22.857	485	143.415	54.733	24.078	4.965
2010	37	29.811	680	304.311	68.572	31.084	5.086
2011	40	38.098	833	668.345	83.017	37.125	5.712
2012	40	42.980	996	1.087.698	97.939	41.179	6.328
2013	40	44.971	1.047	1.203.392	111.668	42.615	8.225
2014	40	47.023	1.127	1.257.511	123.288	44.113	10.872
2015	40	52.479	1.228	1.239.547	135.471	49.748	11.677
2016	40	57.196	1.310	1.186.853	155.783	57.803	12.464
2017	40	61.390	1.416	1.001.389	168.956	61.910	14.178
Δ% 2008 - 2017	17,6%	244,6%	249,6%	787%	312,7%	244,3%	250,7%

Fonte: MEC/INEP (2019).

Para o total de vagas oferecidas, o percentual de candidatos inscritos para os processos de seleção, cresceu ao patamar de 787%, o que poderia ser explicado pelo aumento da oferta em cidades antes não atendidas.

Outro dado importante de análise é o número de alunos ingressantes que cresceu gradativamente nos dez anos, alcançando percentual de 244,3% de incremento quando comparado ao primeiro ano dos Institutos Federais. Sobre os concluintes o percentual de crescimento acompanha a casa dos ingressantes em termos de crescimento, fazendo com que os Institutos Federais colocassem no mercado de trabalho 14.178 profissionais em 2017.

O processo de crescimento dos Institutos e a interiorização da educação pública federal ficam evidentes ao analisarmos o gráfico 2, que mostra o aumento das vagas disponibilizadas, conforme a seguir:

Gráfico 2 – Vagas da educação superior presencial, ofertadas pelos Institutos Federais no país no período de 2008 a 2017



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Os números evidenciam o crescimento contínuo no número de vagas ofertadas, que podem ser entendido como resultado dos investimentos realizados pelo governo federal em novas unidades pelo país.

Esses dados certamente expressam a capacidade da Rede Federal na oferta de educação superior. Porém, é preciso considerar que essa capacidade fica limitada por dois fatores. O primeiro é o fator histórico, pois a Rede Federal foi composta por instituições até mesmo centenárias ofereciam apenas o ensino médio profissional. O segundo fator faz

referência ao limite da Lei nº 11.892/2008, que obriga os Institutos Federais a ofertar 50% das vagas em nível médio técnico. Por isso, qualquer planejamento de ampliação na oferta de cursos superiores, necessariamente deverá ser acompanhado da ampliação das vagas de nível médio, haja vista a sua vinculação em termos percentuais na própria Lei.

5. Considerações Finais

Quanto ao projeto de criação da educação profissional percebe-se que por muito tempo as instituições atenderam a demandas do mercado de trabalho. Com a criação dos Institutos Federais em 2008, a política de expansão e interiorização do ensino superior ocorreu de forma acentuada. Atendeu ao objetivo de cumprir uma função social, promovendo com essa expansão orientada às regiões interioranas o acesso ao ensino superior pela classe “menos favorecida” e/ou geograficamente distante dos grandes centros urbanos.

Os Institutos Federais certamente contribuíram para a ampliação ao acesso à educação superior para regiões que antes não eram atendidas. Buscaram oferecer um ambiente educacional de qualidade que contribua para uma plena formação dos estudantes. Ao adotar a política de interiorização da educação superior o Estado colaborou com o processo de combate das desigualdades sociais e econômicas. Trabalhou em prol do fomento de oportunidades aos jovens e adultos quanto acesso à educação superior. Isso demonstra a busca pela equidade na educação superior que segundo Turmena e Azevedo (2017) e Machado (2014), é a via possível para inserção das pessoas no mercado de trabalho e aumento da qualidade de vida.

Contudo, uma crítica que pode ser feita é que eles não lograram superar os baixos índices de aproveitamento dos estudantes e suas dificuldades quanto à inserção no mundo do trabalho.

Os resultados preliminares apresentados na série histórica da sinopse do INEP comprovam o crescimento quantitativo da Rede Federal, pelos indicadores de número de unidades, interiorização da oferta de vagas, número de vagas e número de concluintes. Os dados demonstram que ocorreu uma política de expansão e diversificação da educação superior pela Rede Federal. Porém, em um país que caminha para ter 210 milhões de habitantes, e com tamanhas disparidades regionais, ainda mais flagrantes do que sua desigualdade de renda, a expansão da rede, conseqüente à meta da expansão do número de cursos e vagas no ensino superior na modalidade presencial, ela deveria ser promovida e continuada. Trata-se de um país continental, com um passivo herdado de séculos de omissão

no quesito da formação de capital humano. Cumpre, portanto, que o governo federal seja consequente ao desafio social de dar seguimento a ações afirmativas em prol da expansão do ensino superior, público e federal, cujo principal ator deve ser, segundo a própria Constituição, o poder público, em particular a União.

Além disso, é preciso pensar em ações afirmativas voltadas à redução da evasão nos cursos de ensino superior dos Institutos Federais. A expansão das vagas não pode ocorrer sem que se dê atenção ao problema da evasão, na medida em que a evasão, se não vier a ser corrigida, tornam ineficientes os esforços do poder público nesse sentido, com desperdício de verbas públicas e de capital humano - no que diz respeito aos servidores dos Institutos Federais.

Referências

Afonso, A. M. M. & Gonzalez, W. R. C. (2014). Educação Profissional e Tecnológica: análises e perspectivas da LDB/1996 à CONAE 2014. Ensaio: aval. Pol. Públi. Educ., v. 24, n. 92, jul./set. 2014, p. 719-742.

Brasil. Ministério da Educação. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, 2009. Retirado no dia 17 jun. 2019, de : http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf

Brasil. Decreto 7.566, 1909. Retirado no dia 17 jun. 2019, de: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf.

Brasil. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Retirado no dia 16 maio 2019, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm.

Brasil. Lei nº 8.984, de 07 de fevereiro de 1995. Retirado no dia 25 agosto 2019, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8984.htm.

Brasil. Ministério da Educação. Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Brasília, 2012. Retirado no dia 17 de maio 2019, de: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192.

Brasil. Censo da Educação Superior 2009. Resumo Técnico. Retirado no dia 14 de maio 2019, de: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico_050105.pdf.

Brasil. Censo da Educação Superior 2010. Resumo Técnico. Retirado no dia 14 de maio 2019, de: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2010/resumo_tecnico_050105.pdf.

Brasil. Censo da Educação Superior 2012. Resumo Técnico. Retirado no dia 14 de maio 2019, http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_050105.pdf.

Brasil. Censo da Educação Superior 2015. Resumo Técnico. Retirado no dia 14 de maio 2019, http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2015/resumo_tecnico_050105.pdf.

Brasil. Censo da Educação Superior 2016. Resumo Técnico. Retirado no dia 14 de maio 2019, http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2016/resumo_tecnico_050105.pdf.

Brasil. Censo da Educação Superior 2017. Resumo Técnico. Retirado no dia 14 de maio 2019, http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2017/resumo_tecnico_050105.pdf.

Bauer, M. W.; Gaskell, G, (Org.) (2002). Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Instituto Federal – Histórico – Rede Federal. Retirado no dia 16 de maio, de: <http://redefederal.mec.gov.br/historico>.

Júnior, G. C. de O. (2017). Gestão institucional e evasão escolar no contexto de criação e expansão dos Institutos Federais. Dissertação de Mestrado Profissional da área de concentração em Gestão de Políticas e Sistemas Educacionais, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília – UnB.

Kunze, N. C. (2005). A Escola de Aprendizizes Artífices de Mato Grosso (1909-1941). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

Ludke, M.; André, M. (1986). Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU.

Macedo, J. M. de. (2011). A mundialização do capital e seus reflexos nas políticas de formação de professores no período 1990-2010. 494 p. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ

Machado, F. P.; Pires, L. L. de A.; Barbosa, W. (2014). Entre artífices, Técnicos e Industriários: Trajetórias de Ensino e de Trabalho no IFG (1930-1990). Goiânia: Editora IFG.

Machado, L. R. S. (2011). Saberes profissionais nos planos de desenvolvimento de Institutos Federais de Educação. Cadernos de Pesquisa, 41(143), 352-375.

Minayo, M. C. de S. (org.). (2001). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes.

Nascimento, A. R. O. (2017). Criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica: implicações no campo da educação superior. Dissertação de

Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Educação, na Universidade Federal de Mato Grosso.

Otranto, C. R. (2010). Criação e implantação dos Institutos Federais de educação, ciência e tecnologia – IFETS. Revista RETTA. Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, (pp. 89-110), jan/jul.

Pacheco, E. M. (2011). Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília-São Paulo: Fundação Santillana, Editora Moderna.

Peroni, V. (2003). Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã.

Sguissardi, V. (2008). Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 29, n. 105, dez. 2008. ISSN 0101-7330. Retirado no dia 21 de jun. 2019, de: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>>.

Sousa, V.D., Driessnack, M., Mendes, I.A.C. (2007). Revisão dos desenhos de pesquisa relevantes para enfermagem: parte 1: desenhos de pesquisa quantitativa. *Rev. Latino Americana de Enfermagem*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n3/pt_v15n3a22>. Acesso em: 28 ago. 2019.

Turmena, L.; Azevedo, M. L. N. (2017). A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1067-1084, jul./set.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

João Germano Rosinke – 25%

Edione Teixeira de Carvalho – 25%

Gisele Cristina Lopes – 25%

Guilherme José Santini da Silva – 25%